

A próxima renegociação e o problema da inflação

No nosso noticiário de ontem o prof. Affonso Celso Pastore, presidente do Banco Central, comparecia com boas informações sobre as possibilidades e perspectivas do Brasil nas próximas negociações com seus credores, a serem iniciadas em setembro próximo.

Embora ponderasse que a chamada capitalização de juros é uma coisa com a qual ainda não se pode contar, e, em sua opinião, nem chega a ser importante, pois tanto faz capitalizar parte dos juros como obter empréstimos novos no mesmo montante, o prof. Pastore considera que em matéria de prazos e desembolsos as condições que o Brasil poderá obter serão suficientes para que o País não volte a sofrer apertos cambiais a curto prazo.

Uma outra informação interessante é quanto ao projeto que o governo está submetendo ao Banco Mundial — de financiamentos no valor de dois bilhões de dólares, bem mais do que os 1,33 bilhão autorizados neste ano —, que inclui, ao que parece, ambicioso programa de financiamentos a exportações. Duas novidades nas negociações a esse respeito: diminuição da contrapartida em cruzeiros, brasileira, na utilização dos recursos e flexibilidade na sua destinação, em vez do atual sistema de liberações ear marked, isto é, com destinação preestabelecida.

Outra coisa que o presidente do Banco Central considera possível é a renegociação abrangendo vários anos, em lugar do atual esquema de renegociação apenas para o período de um ano. Além disso ele conta também com a obtenção de dilatação de prazos finais, ampliação dos períodos de carência, menores taxas de spread e comissões, por parte dos bancos credores, etc.

Tudo isso, é claro, nos dá um horizonte mais desanuviado do que aquele que tivemos até há pouco tempo. Não há por que duvidar das palavras do presidente do Banco Central, naquilo que ele se propõe pleitear, mesmo porque, entre as atuais autoridades do governo, é a que mais coerência tem mantido entre palavras e atos.

Temos todavia motivos para pensar que o prof. Pastore corre o risco de encarar de maneira mais serena do que seria justificável as possibilidades do Brasil junto aos credores. Claro que, até por dever de ofício, ele conhece o pensamento e as reações dos credores melhor do que nós. Mas, raciocinando como se fôssemos nós próprios credores do Brasil, temos de dizer que não nos sentiríamos perfeitamente satisfeitos com a situação que nossa economia exhibe, e, portanto, não estaríamos tão bem dispostos quanto o presidente do Banco Central parece crer.

É verdade que a situação cambial externa melhorou bastante, assim como também é verdade que temos cumprido eficazmente a maior parte dos objetivos que o FMI alista como critérios de desempenho na avaliação do andamento do programa de ajuste econômico. Isso nos qualifica como parceiros confiáveis em nova rodada de negociações.

Mas, do mesmo modo como qualquer observador brasileiro teria sérias dúvidas a levantar a respeito de alguns aspectos da nossa conjuntura econômica e da sua possível evolução, os credores também apreciarão ter essas dúvidas esclarecidas antes de assumirem novos compromissos e até mesmo como forma de dimensioná-los.

Assim, por exemplo, se a inflação tivesse a esta altura baixado significativamente e mostrasse já uma tendência francamente declinante, não teríamos a menor dúvida de que nossa posição na mesa de negociações estaria bem mais fortalecida.

No entanto, a inflação não apenas continua elevadíssima, resistindo bravamente aos esforços governamentais para diminuí-la, como apresenta até possibilidade de voltar a elevar-se, na aferição mensal, durante o segundo semestre.

Inflação, sabemos nós, não é critério de desempenho. Mas isso para efeito, puro e simples, de contar com a continuidade do apoio financeiro do FMI. Para a obtenção de um necessário clima de boa vontade e cooperação ativa, entre os credores privados, não cremos, todavia, que a inflação seja fator desprezível, principalmente quando uma explicação plausível e convincente do fenômeno não pode ser obtida, nem pode ser feita uma estimativa razoável para seu andamento futuro.

Certamente os técnicos do governo e os funcionários do FMI estão dando tratos à bola, neste momento, para encontrar a justificativa correta do fenômeno. Alguns economistas que se filiam à chamada corrente monetarista já a têm: argumentam que a contenção da base monetária não é tão vigorosa na realidade quanto aparece nas estatísticas. E alinham fundamentações para esse julgamento.

Muito bem, algo nos diz que lá fora, tanto no FMI quanto entre os bancos privados, a elevada taxa de inflação pode ser encarada como prova de que alguma trapaça está sendo perpetrada, uma vez que se os critérios de desempenho estivessem realmente sendo cumpridos, conforme as estatísticas sugerem, ela já deveria ter caído e estar em queda. Portanto, deverão pelo menos submeter nossos negociadores a um interrogatório digno de Hercule Poirot na tentativa de descobrir a trapaça, uma vez que sem ela o fenômeno, para eles, torna-se incompreensível: a natureza da trapaça é a peça que faltaria para arrumar o quebra-cabeça — exatamente como nos casos narrados pela senhora Agatha Christie.

Para fugir a esse incômodo questionamento, sobre algo, aliás, que nem elas conseguem entender direito — a resistência da inflação —, nossas autoridades têm a tática do contra-ataque. Ou seja, ir para a mesa de conversações depois de disparar contra a inflação torpedos que sejam tidos lá fora como eficazes e definitivos. Torpedos de manual, digamos assim, que dispensem explicações para bons entendedores e suscitem confiança. Não nos surpreenderíamos, portanto, se antes do início de setembro algumas doses adicionais de ortodoxia monetarista fossem alçadas da cartola governamental.